
A TEMÁTICA INDÍGENA NA ESCOLA: ONDE ESTÁ O ESPELHO?

Francisco Alfredo Morais Guimarães[†]

UM PONTO DE PARTIDA

Em 1940, tivemos a realização do 1º Congresso Indigenista Interamericano, em Patzcuaro, México. Nesse encontro, os delegados indígenas do Panamá, Chile, Estados Unidos e México recomendaram o estabelecimento, pelos governos dos países americanos, do dia 19 de abril para comemorar o Dia do Índio, e que esse dia fosse dedicado ao estudo do problema do índio atual pelas diversas instituições de ensino.

Três anos depois, em 1943, o Brasil adotou essa recomendação com a assinatura, pelo então presidente Getúlio Vargas e os Ministros Apolônio Sales e Oswaldo Aranha, do Decreto-lei nº 5.540/1943.

Eu pergunto: Quem se lembra de ter estudado o problema do índio atual na escola?

E hoje, o que é que tem sido estudado sobre o índio nas escolas?

O quadro a Primeira Missa, pintado em 1860 por Victor Meireles é uma das imagens mais recorrentes sobre os índios nos livros didáticos de História.



Qual o papel do índio nessa representação?

O índio assiste passivamente à celebração. Não esboça nenhuma reação ao que se passa em seu território. Essa será a tônica da história indígena contada nos livros didáticos.

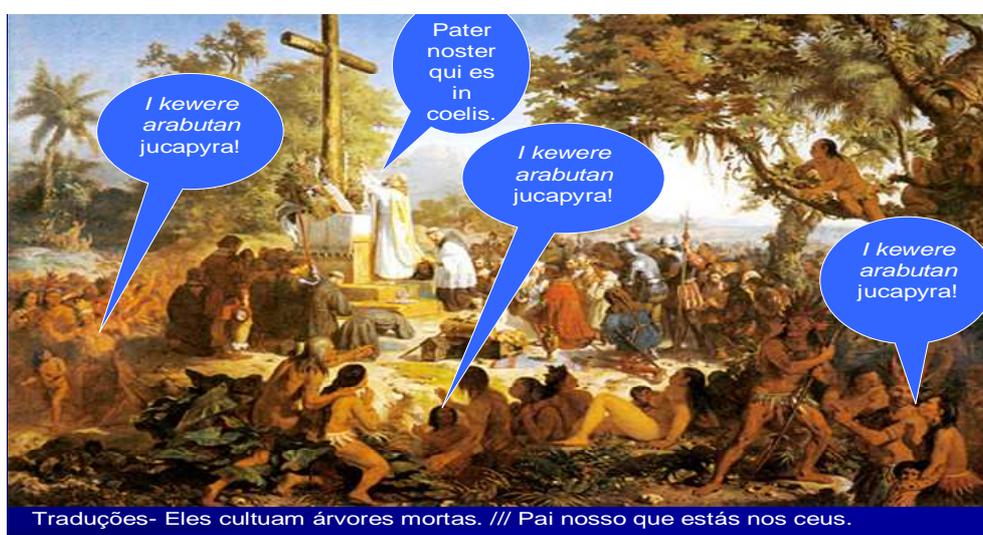
Problematizemos essa história!

[†] Professor de História Indígena da UNEB, Mestre em Educação; formador e um dos coordenadores do Magistério Indígena da Bahia e do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UNEB.
E-mail fgumaraes@uneb.br

Tomando o próprio quadro de Victor Meireles como exemplo, apresentamos aqui uma releitura da cena, que nos parece bastante sugestiva.

O primeiro passo nessa experiência de intervenção iconográfica é imaginarmos um momento anterior à celebração da missa que é o corte de uma árvore pelos portugueses para fazer a cruz.

Depois, de volta ao quadro, numa reconfiguração da cena, temos os índios Tupiniquim, atônitos, vendo todos os portugueses prostrados diante de uma cruz feita com a árvore morta, a partir do que fazem a sua leitura do ritual encenado, afirmando na língua Tupi: *I kewere arabutan jucapyra!* (Eles cultuam árvores mortas!).



Nessa intervenção iconográfica, fazemos um deslocamento da condição “icônica” da cruz de um universo cultural para outro, ao apresentarmos os Tupiniquim enquanto sujeitos ativos na cena, operando sua capacidade de leitura e de produção simbólica.

A fala Tupiniquim nos permite o acesso a uma metáfora cosmovisiva, em que a Primeira Missa passa a ser vista, na ótica indígena, como o primeiro culto a uma árvore morta pelos portugueses no Brasil. E tomamos esse culto enquanto prenúncio de uma cena que se reeditará ao longo da nossa história, nos processos de abertura de novas “fronteiras agrícolas”.

Para exemplificarmos esse problema hoje, destacamos, através de outra montagem iconográfica, o choque entre dois modelos agronômicos: de um lado, as agroflorestas indígenas¹, criadas ao longo de mais de 12 mil anos, a partir de manejos

¹ William Balée (2007 apud Mann 2007) está entre os autores que reconhecem essas florestas enquanto florestas “antropogênicas”, resultado de uma ação cultural com forte influência na seleção, distribuição e até na evolução de espécies vegetais. Baseado nesse conceito, o autor reconhece os ecossistemas amazônicos como artefatos culturais indígenas, resultado de uma ação cultural com forte influência na seleção, distribuição e até na evolução de espécies vegetais.

sistemáticos, representando a solidez e amplitude dos conhecimentos indígenas em relação aos processos de adaptação, manejo e manutenção dos ecossistemas amazônicos e, do outro, a fronteira agrícola da soja, que chega agora a um ecossistema delicado e importante, comprometendo seu futuro.



Como se podemos ver, as caravelas ainda representam um grande problema na nossa história! Que o diga a imagem apresentada ao mundo dos últimos índios isolados no Brasil, que recriamos em mais outra montagem, apresentada a seguir:



Considerando o que foi dito e visto até aqui, fica evidente que há a necessidade de um posicionamento crítico em relação à forma como é tratada a temática indígena na escola.

E A LEI 11.645?

Temos hoje a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígenas nas escolas de educação básica de todo o Brasil, conforme determina a lei 11.645,

sancionada pelo presidente Lula no dia 10 de março do ano em curso, ampliando as determinações da lei 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

E as escolas? Como elas trabalharão efetivamente com a questão indígena junto a seus alunos?

Com que materiais didáticos?

E os professores? Quando estarão devidamente preparados para atender à lei?

É preciso que os professores deixem de reproduzir acriticamente para os alunos que o Brasil foi *descoberto em 1500 por Pedro Álvares Cabral*. Essa é uma versão da história contada sob a ótica dos portugueses. Precisamos saber o que os índios pensam sobre a história ensinada nas escolas e quais suas versões sobre ela.

Além disso, os alunos precisam ter acesso ao que os especialistas no estudo da história e da cultura indígena têm apresentado em seus estudos.

DOIS PEQUENOS EXEMPLOS:

1. Os livros não mostram que semelhante à história de outros países na Europa, na Ásia ou na África, a história pré-colonial do Brasil e das Américas como um todo, é muito antiga e rica em vestígios arqueológicos, deixados por uma diversidade de povos.

Para termos uma idéia, só na Bahia, na região entre Morro do Chapéu e o município de Luiz Eduardo Magalhães, foram descobertos cerca de 400 sítios arqueológicos, existindo indícios que apontam para a grande antiguidade das sociedades que ali viveram. Um desses sítios, a Toca da Esperança, em Central, descoberto e estudado pela equipe da arqueóloga Maria Beltrão (BELTRÃO et al, 1987), já é considerado o sítio arqueológico mais antigo das Américas, por apresentar indícios da presença humana de 300 mil anos. As pinturas rupestres nele encontradas dão conta não só da antiguidade, mas da complexidade do conhecimento produzido.

2. Nos livros didáticos não se fala da “dança dos números” que envolve a história indígena. Não se problematiza para o aluno o fato das estimativas populacionais para o Brasil colonial apontarem que no início a invasão e conquista dos territórios indígenas, viviam aqui cerca de mil povos, com um contingente populacional estimado em 10 milhões de pessoas e que, atualmente, conforme o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, a população indígena é de 600 mil pessoas, distribuídas em 216 etnias, espalhadas ao longo de praticamente todo território nacional.

O que esses números nos revelam?

Que do ponto de vista dos índios, a colonização portuguesa representou uma grande tragédia!

Levando em conta os dados censitários e as estimativas populacionais, temos uma dimensão precisa dessa tragédia.

Conforme Romero (2005), em levantamento realizado em 2005 pelo PINEB- Programa de Pesquisa sobre os Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro, do Departamento de Antropologia da UFBA - Universidade Federal da Bahia, tendo como pano de fundo estatísticas do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, informações da Funasa - Fundação Nacional de Saúde e da Funai - Fundação Nacional do Índio, só recentemente, a partir de meados da década de 1970, é que o declínio demográfico indígena passa a sofrer uma relativa estabilização, vindo a apresentar um aumento sistemático a partir dos anos 90. Em 1991, o índice era de apenas 0,2% da população e passou a representar em 2000, 4,1%.

Ainda segundo Romero, tomando como base o levantamento do PINEB, na Bahia, em 2002, constatou-se a existência de 25 mil índios. Entre 1993 e 1994, a estimativa era de 22 mil, o que representa um crescimento de 13,6%.

Ao refletir sobre esses dados, Maria Rosário de Carvalho² (2005 *apud* RICARDO, 2005, p.1) afirma que “os contatos violentos da colonização européia não conseguiram destruir a população indígena no Brasil e hoje o crescimento populacional é uma tendência geral dos índios brasileiros”. Segundo ela, o que caracteriza esse aumento é, sobretudo, o “retorno às suas tribos daqueles que estavam deslocados, além do forte crescimento vegetativo”, o qual pode ser relacionado, também, ao estabelecimento de políticas e ações mais efetivas pelo estado brasileiro no sentido de resguardar os direitos dessas sociedades.

ALGUMAS SUGESTÕES PARA A MUDANÇA DO ENFOQUE DADO À TEMÁTICA INDÍGENA NA ESCOLA

Ao se referirem ao conceito de índio, por exemplo, os autores dos livros didáticos deveriam lembrar-se das caravelas e dizer que esse é um conceito elaborado e implementado no contexto das invasões e conquistas territoriais européias nas Américas e que esse conceito continua sendo manipulado através de representações que em muitos casos não estão implicadas com identidades, memórias e culturas de diversas sociedades nativas.

Os alunos precisam reconhecer que em todo território Brasileiro os índios constituem uma diversidade de sociedades com histórias, territórios e saberes

² Antropóloga e coordenadora do PINEB

próprios, consubstanciados em usos, costumes, crenças, línguas e linguagens extremamente ricas e ancoradas em tradições milenares, reconhecidas e asseguradas como direito a partir da Constituição Federal de 1988 (artigos 210, § 2º, e 231), que redirecionou a orientação ideológica do Estado, imprimindo novos conceitos e novas práticas no seu relacionamento com os povos indígenas.

No caso da Bahia e da região Nordeste de um modo geral, podemos dizer que as sociedades indígenas tiveram uma participação efetiva ao longo de todo processo de colonização, o que as pôs em contato estreito com diferentes agentes coloniais nas mais diversas frentes de expansão (madeireiras, agrícolas, pecuárias, mineradoras, entre outras), estando, portanto, marcadas por diferentes histórias de contato, mas que têm em comum as marcas da colonização.

E são juntamente estas marcas que fazem com que os povos indígenas no Nordeste sofram com um tipo bem específico de preconceito: a contestação de suas identidades étnicas. Isso devido ao fato desses índios apresentarem características físicas e sócio culturais que não correspondem com aquela visão dos povos indígenas disseminada na sociedade nacional, segundo a qual os índios, vistos de forma genérica, teriam que ser sempre os “mesmos”, mantendo as mesmas características ao longo do tempo.

Segundo essa visão, todos os povos indígenas no Brasil deveriam apresentar um fenótipo e uma cultura semelhante à de povos do Xingu, por exemplo, vivendo em casas de palha em áreas de floresta e andando nus, com os corpos pintados de jenipapo e urucum.

RECONTANDO A HISTÓRIA DO ÍNDIO NO BRASIL

Buscando contribuir na mudança da forma como é tratada ou ignorada a temática indígena na escola, temos desenvolvido, juntamente com outros pesquisadores, projetos que contemplam publicações e a capacitação de professores, objetivando refletir criticamente sobre as representações acerca do índio presentes em nossa sociedade e, assim, desfazer modelos e generalizações, possibilitando a construção de um conhecimento mais próximo da realidade indígena e dos estudos atuais sobre ela, valorizando o diálogo entre as diferenças.

Sabemos que esse trabalho tem uma ação muito limitada e que ainda são poucos os profissionais que atuam nessa área, mais o mesmo pode ser visto como uma referência em nosso estado, haja vista a sua consistência e referência em estudos junto às 14 etnias baianas.

Para finalizar, apresentamos a seguir um dos resultados mais significativos desse trabalho, a cartilha Recontando A História do Índio no Brasil, publicada em



1993, na qual exemplificamos algumas situações recorrentes no trabalho em sala de aula com a temática indígena, como podemos ver nas reproduções a seguir:

Projeto: RECONTANDO A HISTÓRIA DO ÍNDIO NO BRASIL
Associação Nacional de Apolo ao Índio da Bahia - ANAÍ-BA

Financiamento: Coordenadoria Ecumênica de Serviços - CESE

Equipe: Rose Maria Costa (Coordenadora)
América Lúcia César (CEAS)
Eleonora Rabelo (CEAS)
Francisco Alfredo M. Guimarães (ANAÍ/UNEB)
José Augusto Sampaio (ANAÍ/UNEB)
Cláudia Neri Cortes (ANAÍ)

Colaboraram neste número:
Antônio Marcos Pereira
Maria Aparecida Silveira
Marta Rosário G. de Carvalho
Sheila Brasileiro

Arte: Paulo Serra
Composição: Sandra Meneses Moreira
Edição: Fundação Bahia 2000 e Futura Scanner

II Edição - Salvador, novembro de 1992

ANAÍ - BA
Rua Borges dos Reis, 46 Loja 5-H - Rio Vermelho Boulevard
Rio Vermelho - CEP 40223-000 - Salvador-BA - Tel (071) 247-0464

I - ÍNDIOS NO BRASIL

Aprendemos na escola que o Brasil é uma nação única e homogênea, unida por uma mesma língua e um mesmo patrimônio histórico e cultural.



ainda que formada a partir de diferentes matrizes:


EUROPÉIA

+


INDÍGENA

+


NEGRA

= F

Nada mais falso! O Brasil é e sempre foi, desde a sua formação, uma nação plural, ou melhor, um país onde convivem vários povos, em especial os cerca de 200 povos indígenas, que falam perto de 170 línguas diversas.

200



170



com visões de mundo e referências históricas próprias e com uma população de aproximadamente 250 mil indivíduos. Muito pouco se pensamos que esse número pode ter estado próximo dos ...



DEZ MILHÕES quando os primeiros colonizadores portugueses aqui chegaram.

II - DIFERENÇAS CULTURAIS

Aprende-se nas escolas que casa de índio é OCA, que aldeia é TABA, que os índios falam uma só língua: o TUPI-GUARANI, que veneram um Deus chamado TUPÃ e comem gente...



Nada disso, veja por exemplo como se diz e como são as casas em 3 diferentes culturas indígenas

RÍ


XAVANTE

PÃHÃI


PATAXÓ
HÁHÁHÁ

OKA


WAIÁPI

A diversidade entre os povos indígenas se dá em todos os níveis: nas crenças, na mitologia, na organização política e familiar, na ordenação do espaço, na língua, etc...

Apesar das muitas diferenças entre as várias sociedades indígenas,

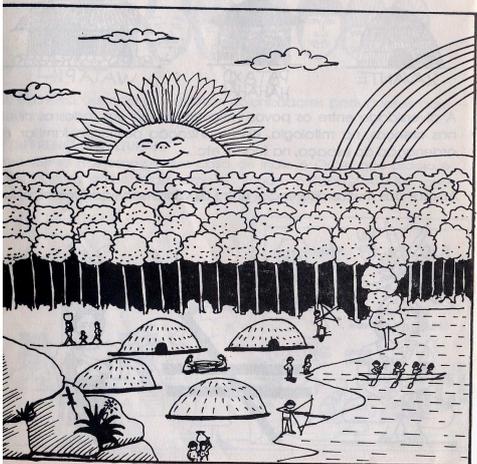


≠



elas todas são muito diferentes do tipo de sociedade em que vivemos:

Nas sociedades indígenas tradicionais não há sítios, fazendas, fábricas, empresas e lojas.



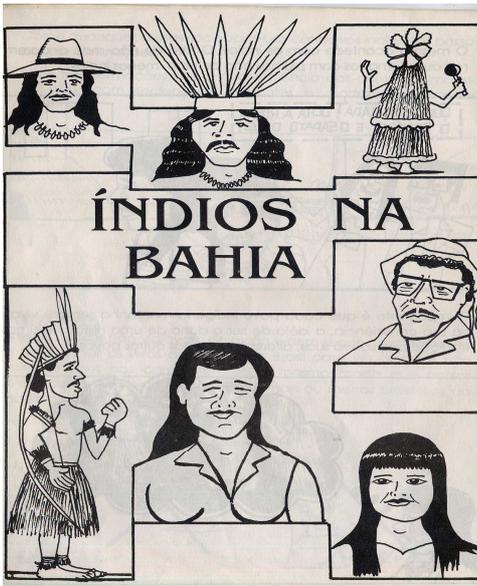
Os índios vivem da TERRA e dos RECURSOS que ela oferece. E a Terra é de todas as pessoas que vivem em cada aldeia. É porque um índio é membro de uma sociedade que ele tem o direito de usar a terra e tirar proveito dela para o seu sustento.



Como não há donos da terra, também não há empregados. Todos são igualmente donos e trabalhadores. É pelo trabalho que uma pessoa índia se apropria da terra e de seus frutos.



Todo membro de uma sociedade indígena conhece e sabe empregar as técnicas básicas para produzir alimentos, abrigos, objetos para uso doméstico.



IV - TUDO COMEÇOU AQUI

A Bahia foi um dos primeiros lugares colonizados pelos portugueses no Brasil, portanto, o primeiro local onde Kiriri, Kaimbé, Tupiniquim... foram chamados de índios.



Naquela época, lá pelos 1500, existiam aqui muito mais que os 12 povos indígenas que existem hoje.

Daí pra cá tem sido um tempo difícil: os índios foram escravizados pelos bandeirantes; tiveram a maior parte de suas populações morta em guerras



ou por doenças trazidas pelo homem branco;



foram forçados a viver em aldeias controladas por padres que, em geral, se empenharam em destruir sua cultura;



Misturaram-se com outros povos (europeus e africanos), perderam suas terras e o direito ao uso de suas próprias línguas.



Mas não deixaram de ser índios.

Vivem hoje na Bahia cerca de 10 mil índios.



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BELTRÃO, Maria da Conceição, DANON Jacques Abulafia e DORIA Francisco Antônio de Moraes A. Datação absoluta a mais antiga para a presença humana na América”. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1987

GUIMARÃES, Francisco Alfredo. Vui-Uata-In (União de Todos): A vivência como dispositivo pedagógico no Tratamento da temática indígena. Salvador, FAGED-UFBA, 1996 (Dissertação de Mestrado).

MANN, Charles C. 1491: Novas Revelações das Américas Antes de Colombo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007

Recontando a História do Índio no Brasil. Salvador, BA: Editora da ANAÍ-BA, 1993 (Cartilha/ Livro Para-didático)

ROMERO Thiago. População indígena em expansão. Disponível em: <http://www.agencia.fapesp.br/materia/3279/noticias/populacao-indigena-em-expansao.htm> Acessado em outubro de 2006